

MP permite parcelamento de dívidas de estados e municípios com o INSS



EM EVENTO com prefeitos de todo o País, o presidente Michel Temer destacou a importância dos municípios para a União e assinou a medida provisória que amplia para 200 meses o prazo para entes federativos pagarem débito com a Previdência.

Marcos Corrêa/PR

País cria 59,8 mil vagas de emprego em abril

COM A RETOMADA da economia, o mercado de trabalho já dá os primeiros sinais de recuperação. O Brasil teve saldo positivo de empregos formais em abril, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados nesta terça-feira (16) pelo Ministério do Trabalho. Pelo levantamento, 59,8 mil vagas formais foram criadas – primeiro resultado positivo para abril desde 2014.

Segundo o Ministério do Trabalho, no mês passado ocorreram 1,14 milhão de admissões e 1,08 milhão de desligamentos, ou seja, o País contratou mais do que demitiu. Em abril do ano passado, o mercado de trabalho formal tinha registrado a perda de 62.844 postos de trabalho.

O setor de serviços foi o que registrou melhor desempenho, com um saldo de 24,7 mil contratações, seguido da agropecuária (14,6 mil), em seguida da indústria de transformação (13,7 mil), e, por fim, do comércio (5,3 mil).

No recorte geográfico, três regiões apresentaram crescimento do nível de emprego em abril: Sudeste (+46.039 postos em abril de 2017 contra -23.985 em abril de 2016; Centro-Oeste (+10.538 postos em abril de 2017 contra +4.186 em abril de 2016) e Sul (+5.537 postos em abril de 2017 contra -11.318 em abril de 2016).

Entre as 27 unidades da federação, destacaram-se com resultados positivos São Paulo (+30.227 postos), Minas Gerais (+14.818 postos), Bahia (+7.192 postos), Goiás (+7.170 postos) e Paraná (+6.742 postos).



Luis Macedo/Câmara dos Deputados

Deputados aprovam MP que cria duas taxas para a Zona Franca de Manaus

O PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS aprovou a Medida Provisória 757/16, que institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais (TCIF) e a Taxa de Serviço (TS) para custeio das atividades da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). A matéria será enviada ao Senado.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Plenário do Senado realiza segunda sessão temática sobre reforma trabalhista

O Plenário do Senado realizou nesta terça-feira (16) a segunda sessão de debates sobre o projeto de reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (PLC 38/2017). O evento contou com especialistas convidados. Um deles foi o ministro do Trabalho e Previdência Social, Ronaldo Nogueira.

Eunício Oliveira deve pautar renegociação das dívidas dos estados em regime de urgência

O PRESIDENTE DO SENADO, Eunício Oliveira, anunciou nesta terça-feira (16) que vai pautar, na sessão do Plenário desta quarta (17), requerimento de urgência para votação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 39/2017 Complementar, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal. Se houver acordo entre os senadores, o PLC poderá ser votado na mesma sessão. A garantia foi dada durante encontro com o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, e o deputado Pedro Paulo (PMDB-RJ), relator da matéria na Câmara. (Fonte: Assessoria da Presidência do Senado)



CÂMARA

Projeto de Peninha determina atualização de receita bruta para o Simples Nacional

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR (PLP 319/2016) do deputado **Rogério Peninha Mendonça (SC)** determina a atualização anual dos valores dos limites de receita bruta que permitem à micro e à pequena empresa aderir ao Simples Nacional. Segundo o texto, tais limites serão atualizados em 1º de janeiro de cada ano, de acordo com a inflação acumulada no período, medida pelo índice oficial de inflação adotado pelo governo federal.

A matéria tramita com prioridade e foi aprovada na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara. Antes de ser votado pelo Plenário, o texto será analisado ainda pelas comissões de Finanças e Tributação (CFT), e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

O projeto insere um artigo no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar 123/2006). Pela proposta, na primeira atualização monetária, será aplicado o índice oficial de medição da inflação acumulada no período compreendido entre a última modificação e a data da atualização. O governo federal publicará anualmente os valores atualizados dos limites.

A proposta é considerada importante,



Deputado Rogério Peninha Mendonça (SC)
Foto: PMDB

por tratar-se de uma aspiração antiga do segmento de micros e pequenas empresas. Atualmente, são consideradas microempresas aquelas que possuem receita bruta igual ou inferior a R\$ 360 mil. Já as empresas de pequeno porte devem auferir anualmente receita bruta entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões.

CÂMARA

Texto de Pedro Paulo define estrutura de conselho responsável por monitorar finanças estaduais

O **DEPUTADO Pedro Paulo (RJ)** apresentou texto substitutivo ao projeto de lei de recuperação fiscal (Projeto de Lei Complementar 343/2017), incluindo definição da estrutura do Conselho de Supervisão que irá monitorar as finanças estaduais. O conselho será composto por três titulares e suplentes, com experiência profissional e conhecimento técnico nas áreas de gestão de finanças públicas, recuperação judicial de empresas, gestão financeira ou recuperação fiscal de entes públicos.

De acordo com o texto do deputado, o Ministro da Fazenda indicará um integrante, o estado indicará outro e o Tribunal de Contas da União (TCU), outro. Os titulares vão exercer cargo em comissão (DAS-6) em regime de dedicação exclusiva.

O conselho irá monitorar o cumprimento do plano de recuperação e apresen-



Deputado Pedro Paulo (RJ)
Foto: PMDB

tar relatório mensal simplificado sobre a sua execução e a evolução da situação financeira do estado.

SENADO

Projeto fixa prazo para marcação de consultas e exames pelo SUS

COM O OBJETIVO de dar maior agilidade à marcação de consultas e exames que, corriqueiramente, podem levar meses até serem agendados, o senador **Dário Berger (SC)** apresentou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 140/2017, estabelecendo prazos máximos para a realização de procedimentos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A proposta visa acabar com as longas filas para atendimento no SUS fixando prazo de cinco dias para que o paciente tenha aten-

dimento. O protocolo de encaminhamento deverá conter data e local para realização de procedimento. Além disso, o projeto estabelece que a lista de pacientes que aguardam consultas ou qualquer procedimento no SUS tem de ser publicada na internet e em canais de atendimento telefônico ou presencial, respeitados o sigilo médico e a intimidade da pessoa.

Dário Berger explica que o projeto de lei é oriundo de documento apresentado

CÂMARA

CPI da Funai 2 analisa relatório final

A **COMISSÃO** Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai 2, presidida pelo deputado **Alceu Moreira (RS)**, se reuniu nesta terça-feira (16) para analisar o relatório do deputado Nilson Leitão (PSDB-MT). Antes de votar

o texto, a sessão foi suspensa devido ao início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara.

Durante os debates, o deputado **Sérgio Souza (PR)** defendeu o relatório apresentado. "A comissão ouviu todas as pessoas envolvidas

SENADO

Airton Sandoval defende unidade do PMDB para aprovar reformas

EM DISCURSO na tribuna do Plenário, o senador **Airton Sandoval (SP)** lamentou a fragilização do partido político como instituição democrática, "fragilização que se dá, paulatinamente, através da infidelidade partidária, da criação de partidos de aluguel, da multiplicidade incontida de siglas e, claro, do desrespeito contumaz aos compromissos programáticos que fundaram a organização partidária".

Segundo ele, "há nada de mais reprovável do que um político que não respeita programas, princípios e fundamentos do partido político ao qual se filiou e pelo qual se elegeu".

Sandoval ressaltou que, no caso do PMDB, os membros do Partido sempre tiveram o dever de pautar suas ações políticas pelos compromissos programáticos. Para o senador, no momento em que um dos filiados está à frente da condução do país – caso do presidente **Michel Temer** –, o compromisso passa a ser não somente com o povo brasileiro, mas também com o governo. "Temos de assegurar que o governo represente a sociedade brasileira. E devemos fazê-lo através da atuação fortificada do PMDB, cujo estatuto e programa partidários representam a mais fidedigna tradução do anseio popular", destacou.

O peemedebista enfatizou que o Brasil necessita das reformas trabalhista e da previdência, para que, segundo ele, haja um horizonte para o qual se possa voltar. "Daí que, a fim de assegurar esse cenário, temos a missão de dar sustentabilidade política na



Senador Airton Sandoval (SP)
Foto: Pedro França/Agência Senado

consolidação dessas propostas a despeito das divergências de opinião".

"[...] o próprio presidente Michel Temer tem o dever moral, acima de tudo, de perseguir e fazer cumprir os programas, diretrizes e valores partidários. E é isso o que se tem observado. As reformas estruturantes nada mais são do que a concretização desses anseios", disse Sandoval.

Por fim, Airton Sandoval afirmou que o Brasil precisa do PMDB unido, coeso e fortalecido e que o Partido não pode tolerar tumultuadores, sob pena de pulverização da base política de apoio ao governo federal e da própria credibilidade pública do PMDB.

SENADO

Comissão avalia em audiência pública a crise hídrica no DF

A **CRISE HÍDRICA** do Distrito Federal, que levou ao racionamento de água em 2017, foi debatida na Comissão Senado do Futuro. O objetivo da audiência era debater as restrições no abastecimento de água no Distrito Federal e em outras cidades do Brasil. A capital federal está com seus reservatórios pela metade e o período da seca está apenas começando.

O senador **Hélio José (DF)**, que presidiu a reunião, criticou a inoperância e as soluções emergenciais que estão sendo adotadas pelo governo distrital. Houve questionamentos, por exemplo, do uso do Lago Paranoá para combater a falta de água.

"Tem mananciais como o córrego do Cortado, Vicente Pires, o córrego de Sobradinho e outros cursos de água de Brasília totalmente assoreados, que precisam ser recupe-

rados. Eu não concebo tirar água do Paranoá para poder atender à população do Distrito Federal. Para mim, é um projeto equivocados, que pode causar sérios problemas", lamentou Hélio José.

A assessora de Meio Ambiente da Companhia de Águas e Esgotos do Distrito Federal (CAESB), Raquel Brostel, defendeu as obras feitas para captar águas dos diversos lagos da região. Já o professor da Universidade de Brasília, Carlos Henrique Ribeiro Lima, da área de Meio Ambiente e Hidrologia, frisou que o asfaltamento, a concretagem dos solos e a emissão de gases dos veículos do Distrito Federal têm uma parcela de responsabilidade na modificação do clima devido à formação de ilhas de calor que desviam e bloqueiam chuvas.

no acesso a consultas e exames.

"A proposta estabelece um mecanismo de transparência nas filas de espera, de modo a permitir a fiscalização da sociedade. Estabelece também que o paciente, tão logo receba a indicação de consulta, exame ou outro procedimento a ser realizado pelo SUS, saia da unidade de saúde com um protocolo indicando local, data e horário da realização ou, então, que receba essa informação em prazo hábil", justifica Dário.

Se o relatório for aprovado, será encaminhado para análise do Ministério Público e da Polícia Federal. "Vamos retomar a votação depois de encerrada a Ordem do Dia do Plenário", anunciou o deputado Alceu Moreira.

* Até o fechamento desta edição, a matéria não havia sido deliberada.

CONGRESSO

PEC do foro privilegiado poderá ser apreciada nesta semana pelo Plenário

Os SENADORES deverão votar nesta semana a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2013, que extingue o foro privilegiado em caso de crimes comuns. Pelo texto, todas as autoridades e agentes públicos hoje beneficiados pelo foro privilegiado responderão a processos iniciados nas primeiras instâncias da Justiça comum. As exceções são os chefes dos três poderes da União (Executivo, Legislativo e Judiciário).

A PEC prevê que as autoridades manterão o foro por prerrogativa de função nos crimes de responsabilidade, aqueles cometidos em decorrência do exercício do cargo público, como os contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais e os relativos à segurança interna do país, à probidade na administração, à lei orçamentária e ao cumprimento das leis e das decisões judiciais, entre outros.

Por conta da sessão temática que debateu a proposta de reforma trabalhista



Plenário do Senado Federal

Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

(PLC 38/2017) no Plenário, a Ordem do Dia acabou sendo cancelada.

Também pode ser votado o Projeto de Lei do Senado (PLS) 55/2017, relatado pelo senador **Garibaldi Alves Filho (RN)**, que estabelece a criação de comitês de transição

Franca, que foi considerada ilegal pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em maio de 2016. A MP estabelece os fatos geradores e os valores das taxas, que serão pagas por pessoas físicas e empresas que se utilizarem dos serviços de transporte e licenciamento de mercadorias na Zona Franca de Manaus.

O texto aprovado prevê ainda um parcelamento dos débitos provocados pela não aplicação dos recursos em pesquisa e desenvolvimento, exigidos pela lei como contrapartida pelos incentivos fiscais.

REGULARIZAÇÃO DE TERRAS – Na terça-feira (16), o Plenário aprovou, por 269 votos a 26, a admissibilidade da Medida Provisória 756/2016, que altera os limites do Parque Nacional do Rio Novo e da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, desmembrando parte de sua área para a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do Jamanxim, todas no Pará.

Enquanto o texto original da MP

de governo nas administrações públicas de todos os níveis (federal, estadual e municipal) a cada troca de chefe do Poder Executivo. O projeto acrescenta essa previsão à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

EMPRÉSTIMOS – Poderão ser votadas ainda duas autorizações para operações de crédito externo que beneficiarão as cidades de Manaus, no Amazonas, e Joinville, em Santa Catarina. Em Manaus, o dinheiro beneficiará a educação, com abertura de creches e escolas públicas, e, em Joinville, servirá para a revitalização ambiental e urbana.

PECs – Deverá ser iniciado segundo turno da tramitação da PEC 64/2016, que torna o estupro um crime imprescritível. A proposta foi aprovada em primeiro turno na última terça-feira (9) e teve relatório favorável da senadora **Simone Tebet (MS)**. Pela lei, o tempo de prescrição varia de acordo com o tempo da pena, que é diferente em cada caso concreto. No caso do estupro, o tempo

de prescrição pode se estender até 20 anos. Para estupro de vulnerável, a contagem só começa após a vítima fazer 18 anos. Pela PEC, não haverá possibilidade de prescrição para esse tipo de crime.

Dois outras PECs já podem ser votadas em primeiro turno: a 77/2015, que cria um regime simplificado de prestação de contas para os pequenos municípios, e a 103/2015, que permite ao Congresso entrar em recesso no meio do ano mesmo sem aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O Plenário deve finalizar o primeiro turno de discussões da PEC 2/2017, de autoria do senador **Eunício Oliveira (CE)**, que impede a extinção dos tribunais de contas, tornando-os órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública. A PEC está na quarta sessão de discussão. Após a quinta, poderá passar pela primeira votação.

Câmara aprova taxas para a Zona Franca de Manaus e segue votando medidas provisórias

COM A PAUTA trancada por dez medidas provisórias, o Plenário da Câmara iniciou as votações da semana em sessão extraordinária, na segunda-feira (15). Os deputados aprovaram a Medida Provisória (MP) 757/2016 que institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais (TCIF) e a Taxa de Serviço (TS) para custeio das atividades da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). A matéria será enviada ao Senado.

Essas taxas substituem a Taxa de Serviços Administrativos cobrada na Zona



Plenário da Câmara

Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

amplia o total de área preservada em 667 mil hectares, o projeto de lei de conversão do deputado **José Priante (PA)** mantém a área da Flona e transforma a Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo em duas unidades com finalidades diversas: um parque nacional e uma área de proteção ambiental. O texto também reverte a am-

pliação do Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina, que havia sido promovida pela Lei 13.273/16.

A pauta do Plenário incluiu também a MP 759/2016, que permite a regularização de áreas de até 2,5 mil hectares. O texto da medida foi substituído por Projeto de Lei de Conversão (PLV) do senador **Romero Jucá (RR)**. Em vez de o possuidor pagar de 10% a 80% do valor estipulado para o tamanho do imóvel em uma planilha de preços referenciais (PPR) elaborada pelo Incra, ele pagará de 10% (propriedades menores) a 50% (propriedades maiores) de uma pauta de valores de terra nua.

Outra matéria em pauta é o Projeto de Lei Complementar (PLP 54/2015), do Senado, que legaliza os incentivos fiscais concedidos pelos estados a empresas sem aval do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

* Até o fechamento desta edição, as matérias não haviam sido deliberadas.

Realizada no Plenário sessão de debates sobre Reforma Trabalhista

NESTA TERÇA-FEIRA (16) foi realizada no Plenário do Senado uma sessão temática para discutir a proposta de reforma trabalhista (PLC 38/2017). O presidente da Casa, senador **Eunício Oliveira (CE)**, afirmou que fez “tudo aquilo que achava que devia fazer, que era o debate”. Eunício lembrou que o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017, que trata da reforma, está sendo discutido, além de no Plenário, em três comissões na Casa: a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cujo relator é o líder do governo, senador **Romero Jucá (RR)**; a de Assuntos Econômicos (CAE), e a de Assuntos Sociais (CAS).

“Nós vamos encerrar o debate e, obviamente, aprovar ou rejeitar [a reforma trabalhista] nas comissões, trazer para Plenário, aprovar ou rejeitar no Plenário.

Então eu espero que, até o final desse mês, mais tardar na primeira semana do mês de junho, estejamos com essa matéria aprovada”, estimou.

Eunício destacou que a reforma trabalhista “não prejudica o trabalhador brasileiro”, mas “adequa as relações trabalhistas” e atualiza uma legislação que é de 1940, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O presidente, no entanto, afirmou que não pode prever se o texto será alterado pelos senadores.

“Modificações não dependem do presidente, modificações dependem, obviamente, do Plenário e da aprovação ou rejeição da maioria do Plenário. Eu sou sempre um discípulo, alguém que respeita e se curva às decisões majoritárias do Plenário”, argumen-

tou o peemedebista.

Estiveram presentes na sessão o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira de Oliveira; o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vagner Freitas de Moraes; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Fabiano Farias da Costa; o presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros, Antônio Neto; o presidente do Instituto do Desenvolvimento do Varejo, Antônio Carlos Pipponzi e a advogada e Especialista em Direito Econômico, Celita Oliveira Sousa.

Consolidar direitos dos trabalhadores; trazer segurança jurídica para os acordos coletivos de trabalho, dando a eles força de lei; gerar empregos – estes são os três eixos fundamentais da reforma trabalhista en-

viada ao Congresso Nacional pelo governo **Michel Temer**, conforme assinalou o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira de Oliveira.

Ao longo de sua exposição, o ministro assegurou, em diversos momentos, que a proposta de “modernização da legislação trabalhista” não retira, mas consolida direitos dos trabalhadores estabelecidos pelo art. 7º da Constituição Federal. O ministro também destacou o movimento do governo Temer no sentido de compreender e respeitar divergências expressadas à proposta pelo movimento sindical e parlamentares.

Nesta quarta-feira (17) a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promovem uma segunda audiência pública conjunta para debater a proposta.

AGENDA & NOTAS

Proposta de Hildo Rocha fixa teto salarial para Cartórios

O PROJETO DE LEI (PL 1983/2015), do deputado **Hildo Rocha (MA)**, altera a Lei dos Cartórios (8.935/1994) para determinar que os oficiais de registro de cartório tenham o teto salarial idêntico ao recebido pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A matéria deve ser votada nesta quarta-feira (17), na Comissão Especial do Teto Remuneratório para Cartórios.

A proposta de Hildo Rocha também determina que, depois de pagas as despesas do cartório, o valor do lucro restante seja destinado à saúde pública. O projeto recebeu cinco emendas na comissão e tem parecer favorável à sua aprovação.

A reunião está marcada para as 15 horas, em plenário ainda não definido.

Celso Jacob exclui municípios da obrigação de oferecer transporte a universitários

A COMISSÃO de Educação realizou audiência pública, nesta terça-feira (16), para debater duas propostas (PL 2564/2011 e PL 2001/2015) que disciplinam assistência financeira e uso de veículos do Programa

Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) para transporte intermunicipal e interestadual de alunos da educação superior.

O deputado **Celso Jacob (RJ)**, rela-

tor do PL 2564/2011, disse que o debate referendou a posição expressa em seu parecer, contrário à proposta. Para Jacob, é importante o transporte dos universitários, mas essa obrigação não pode ser “empurra-

da” aos municípios. Ele acrescentou que a legislação brasileira é clara ao estabelecer que os municípios não podem ter despesa com ensino superior. “É preciso dizer quem vai pagar essa conta”, destacou.

O futuro é agora

HÁ UM ANO o Brasil estava mergulhado no déficit e na mais profunda recessão de sua História. As mudanças eram inadiáveis. Não só na economia, mas também no modo de fazer política e de governar.

As políticas públicas que nós adotamos procuraram responder às necessidades dos cidadãos e aos problemas da nossa realidade. A atenção governamental focou o que era inadiável. E as mudanças foram realizadas, ampliando o horizonte para todos os brasileiros.

Importante salientar que este não é um governo de um tema só. As reformas estruturantes que estamos aprovando em parceria com o Congresso Nacional – a reforma do ensino médio e a da Previdência Social, a modernização trabalhista – são inadiáveis e fundamentais. Devo registrar, no entanto, que neste ano de governo nós produzimos muito, em todos os setores. Foram numerosos projetos de lei e medidas administrativas levados adiante. Todos voltados para os mais carentes.

É muito o que temos para mostrar. Em cada área houve avanços. A principal conquista, contudo, está na retomada da confiança no Brasil, em nossa capacidade de enfrentarmos o presente e estarmos prontos para o futuro.

A maior recompensa que um governante pode almejar é verificar que suas medidas beneficiam a maioria da população do Estado que administra. Esta semana tivemos a notícia de que as vendas do varejo voltaram a crescer. E isso se deu, especialmente, pela queda da inflação – a de abril foi a menor dos últimos dez anos – e pela liberação do dinheiro das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Em minha posse fiz questão de sublinhar muito claramente algumas das linhas mestras que seriam seguidas: a defesa da pacificação nacional e o papel central do diálogo. Não haverá vencedores num país em que as vozes plurais da sociedade não possam ser ouvidas e respeitadas. Chamei ao diálogo, à união. Reitero hoje esse chamado.

Sempre entendi que Executivo e Legislativo devem governar juntos. O Legislativo não é apêndice do Poder Executivo e com essa convicção tivemos sucesso extraordinário na parceria com o Senado e a Câmara dos Deputados. O teto dos gastos públicos foi aprovado com apoio muito significativo. Uma matéria voltada para a higidez das contas públicas, contra o que sempre se imaginou no País, que o governo deve gastar sem limites, equívoco que leva a medidas populistas, que podem ser aplaudidas hoje, mas causam prejuízos enormes amanhã.

O governo não hesitou em encarar a maior crise econômica que o País já viveu. Em apenas um ano a inflação perdeu toda a sua força, despencando a menos da metade do índice do governo anterior.

Diminuímos o custo Brasil e estamos reduzindo a taxa de juros. O governo trabalha para combater o desemprego crescente. Cortamos um ciclo negativo de 22 meses com as 35 mil novas contratações com carteira assinada de fevereiro.

Nosso governo não é populista, mas

tem sabedoria para melhorar os programas sociais sem comprometer a responsabilidade fiscal. Nossas medidas são populares porque vão beneficiar milhares de brasileiros, mesmo que o reconhecimento venha muito depois.

Elevamos o valor do Bolsa Família em 12,5%, a primeira correção em mais de dois anos. No programa Minha Casa, Minha Vida terminamos obras paralisadas no ano passado e incluímos no Orçamento de 2017 previsão para a construção de milhares de unidades. Retomamos a transposição do Rio São Francisco. Já terminamos o Eixo Leste, garantindo água para a população num dos momentos mais agudos de seca dos últimos anos. E criamos mais alguns milhares de bolsas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

O Brasil carecia de um governo que inovasse nos seus projetos sociais, como fizemos com a liberação das contas inativas do FGTS, que beneficia 30 milhões de brasileiros, os legítimos donos desses recursos.

Lançamos o Cartão Reforma, permitindo a 100 mil famílias, com renda de até R\$ 2.800 por mês, acesso, a fundo perdido, a um crédito de R\$ 5 mil para melhorar sua moradia. E, se necessário, aumentaremos o número de beneficiários.

Vamos entregar, em dois anos, três vezes mais títulos de propriedades rurais do que os governos dos 13 anos anteriores, somados. Já foram entregues 5.325 títulos e até o final de 2018 serão 250 mil, ação que beneficia justamente os produtores menores, ligados à agricultura familiar.

Na agricultura, teremos a maior safra da História. E fizemos com que os juros estratosféricos do cartão de crédito fossem reduzidos praticamente à metade.

Nós estamos trazendo o Brasil do século passado para o século 21. Estamos modernizando todas as áreas da administração. Somos um governo que ouve os governadores e negocia soluções federativas.

A defesa da ética e o respeito pelo dinheiro público também são marcas de nosso governo. Economizamos R\$ 7 bilhões por ano após combatermos fraudes no auxílio-doença. E estamos auditando contratos da Lei Rouanet, porque os recursos públicos precisam ser justificados.

Nos próximos meses será o tempo da colheita, o tempo de ver frutificar os nossos esforços, como país, como povo. Olho para a frente e vejo uma nação que não se afasta nunca de sua ordem constitucional. Que faz do diálogo e do respeito suas virtudes cardeais e, sobretudo, que recupera a confiança em si mesma.

Trago uma mensagem de otimismo para os brasileiros, de pacificação social. Temos a certeza de que até o fim deste ano nós teremos outro quadro do País, porque o futuro do Brasil está chegando rapidamente. A travessia foi árdua. Mas estamos chegando. Agora é trabalhar e seguir avançando na direção de um País mais solidário, mais unido, mais generoso.

(*) Presidente da República

Artigo publicado no jornal O Estado de S.Paulo – Coluna Espaço Aberto – em 12 de maio de 2017

* Michel Temer

Michel Temer assina MP que parcela dívidas de estados e municípios com o INSS

ESTADOS E MUNICÍPIOS terão mais tempo para quitar as dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O presidente da República **Michel Temer** assinou nesta terça-feira (16) a medida provisória que amplia para 200 meses o prazo para os entes federativos pagarem o débito com a Previdência.

A renegociação dessa dívida era uma das principais demandas da 20ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que começou nesta terça em Brasília. Na abertura do evento, Temer discursou para os gestores municipais e ressaltou a importância da medida: “Não é apenas parcelar. Reduzimos 25% dos encargos, 25% das multas e 80% dos juros. Então, é algo que visa a este caminho do fortalecimento da Federação”.

Para uma plateia de prefeitos, vereadores e gestores municipais, Temer reforçou o compromisso do governo em dar autonomia aos municípios e em apoiá-los, e ressaltou que o município tem de ser privilegiado.

Entre as medidas que o governo já tomou para beneficiar diretamente os municípios está a repatriação das multas geradas pela Lei da Repatriação entre estados e municípios. Inicialmente, a lei não previa essa divisão. Com a mudança, houve um reforço de caixa que ajudou os entes federativos a fecharem as contas de 2016. Neste ano, haverá uma nova rodada do programa e o valor arrecadado com a cobrança da multa também será dividido com estados e municípios.

Ao completar um ano de governo, Michel Temer projeta futuro: “país mais feliz”

COM AS MEDIDAS implantadas pelo governo que colocam o Brasil de volta no caminho do crescimento, o presidente da República, **Michel Temer**, acredita em um país mais estruturado e feliz no próximo ano. Na última sexta-feira (12), Temer comandou o “Um ano de conquistas”, reunião no Palácio do Planalto que serviu para marcar os 12 meses de administração.

Ao fazer um balanço de todas as propostas apresentadas neste período, Temer destacou que elas começam a preparar o país para a fase da democracia da eficiência. “O Brasil está retomando o caminho do crescimento. Agora, é seguir em frente. A travessia continua, e estou seguro que ao completar o segundo ano de governo teremos um país reestruturado e mais feliz”, afirmou.

Para o presidente, ao assumir o governo, era urgente restabelecer o diálogo e colocar o país em ordem. “Vocês se lembram da situação que encontramos há exatamente um ano: rombo bilionário nas contas públicas, a mais grave recessão econômica da história brasileira, desemprego preocupante, inflação galopante e juros absurdamente altos”, lembrou.

“Dessa ausência de diálogo decorria, no passado, a dificuldade para governar. Faltava entrosamento entre o Executivo e o Legislativo. Faltava pacificar o país”, argumentou. Depois de maio, quando teve início o governo, explicou Temer, medidas foram tomadas para reverter esse quadro e, agora, o país começa a colher os frutos dessas ações.

Durante o evento, Temer afirmou que



Sessão Solene de Abertura da XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

Foto: Marcos Corrêa/PR

REFORMA DA PREVIDÊNCIA - O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), **Paulo Ziulkoski (ES)**, afirmou durante o evento que a entidade apoia a reforma da Previdência, pois ela poderá ajudar os municípios que se encontram em situação fiscal difícil. “Respeitando as diferenças ideológicas e partidárias, nós tomamos a decisão em assembleia, de apoiarmos a reforma”.

Durante a abertura, Ziulkoski apresentou dados que comprovam como a reforma beneficiará as prefeituras. Em uma prefeitura no Rio de Janeiro, por exemplo, as mudanças terão como efeito uma queda de 50% no déficit nas contas do município no futuro. “Esse município tem folha de R\$ 3,9 milhões ao mês e haveria R\$ 400 mil por mês de economia”, afirmou. (Fonte: Portal Planalto)



Reunião “Um Ano de Conquistas”.

Foto: Marcos Corrêa/PR

o Brasil está retomando o caminho do crescimento. Ele relatou as medidas adotadas até o momento e os resultados obtidos com agendas de modernização e de redução da burocracia. Segundo o presidente, todas as áreas apresentaram resultados no último ano.

A recessão, pior até mesmo que a grande depressão de 1930, ficou para trás; o desemprego, que ainda está em níveis preocupantes, deve começar a diminuir: a expectativa é de que postos de trabalho voltem a ser gerados a partir do segundo semestre do ano.

O presidente lembrou de resultados positivos, como a queda dos juros e da inflação, que melhoram a vida dos brasileiros de imediato. “Quando você derruba a inflação, você está protegendo os mais pobres (...). Isso protege o bolso do trabalhador”, afirmou. (Fonte: Portal Planalto)

Expediente

BOLETIM MOVIMENTO É UMA PRODUÇÃO DA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PMDB.

DIAGRAMAÇÃO: Zoltar Design

TIRAGEM: 1500 exemplares

PERIODICIDADE: Semanal

ENDEREÇO: Câmara dos Deputados, Edifício

Principal sala T6, Brasília - DF

FONE: (61) 3223-7003

EMAIL: acs@fugpmdb.org.br

www.pmdb.org.br

